# A vulnerabilidade feminina ao HIV/AIDS

## Mulheres e HIV/AIDS.

BERER, Marge; RAY, Sunanda.

São Paulo: Brasiliense, 1997.

A construção social da Aids como doença de "grupos de risco" (homossexuais, usuários de drogas, promíscuos, prostitutas) impediu que os caminhos tomados pela epidemia nos diferentes lugares do planeta fossem percebidos com maior clareza e que medidas de prevenção pudessem evitar ou, ao menos, minimizar o impacto da doença em diferentes grupos sociais. No Brasil, embora alguns estudiosos da questão venham chamando a atenção há vários anos sobre a importância das mulheres no perfil da epidemia no país - a chamada "africanização" da epidemia -, foi necessário que os dados epidemiológicos registrassem um número cada vez maior de mulheres infectadas, ou, dito de outra forma, foi preciso que tivéssemos, no ano de 1997, uma mulher para cada dois homens infectados, para que medidas mais decisivas e direcionadas a este grupo social passassem a integrar as políticas e programas de prevenção e controle da epidemia no país, tanto nos níveis municipais e estaduais, quanto no nível federal.

Este processo representou também um importante atraso na produção de estudos que tivessem por objeto de investigação o impacto do HIV/AIDS nas mulheres, seja em termos clínicos seja em termos psicológicos, sociais ou culturais. Os poucos estudos e trabalhos de intervenção voltados para a população feminina tiveram, assim, que partir praticamente do zero ou, então, orientar-se a partir de propostas e avaliações dirigidas a grupos específicos, buscando adaptá-las às mulheres. Apenas muito recentemente alguns fóruns de discussão e troca de experiências sobre mulheres e Aids têm sido criados ou este tema passou a integrar os espaços já existentes. O livro de Marge Berer e Sunanda Ray intitulado *Mulheres e HIV/AIDS* representa um marco importante nesse processo. Tanto a forma de organização do livro como sua tradução para a língua portuguesa, a partir da iniciativa de algumas pessoas e organizações, indicam a necessidade de compartilhar experiências a fim de melhor enfrentar o problema e qualificar os programas de prevenção e assistência dirigidos às mulheres.

Publicado originalmente em língua inglesa no ano de 1993, o trabalho mantém-se extremamente atual. Isto se deve não apenas ao avanço da epidemia da Aids na população feminina mas, fundamentalmente, ao tipo de abordagem proposta. O livro é constituído, assim, por uma combinação extremamente pertinente e criativa de informações clínicas, questões de ordem psicológica, social e cultural e relatos de experiências de pessoas e organizações envolvidas na questão. Com esta fórmula, as autoras conseguem, com sucesso, evidenciar a complexidade do problema e fornecer ao leitor uma visão bastante aprofundada das diferentes perspectivas que necessitam ser consideradas ao tratar-se de Aids em mulheres. Outro mérito do livro é o de ser uma leitura agradável e interessante para diferentes tipos de público, pois enquanto que o público mais especializado pode enriquecer-se com a abordagem interdisciplinar da questão e com as várias experiências que são relatadas, o público leigo pode beneficiar-se de um conjunto de informações sobre o HIV/AIDS e fatores sociais e culturais relacionados bastante completo e aprofundado. O cuidado com a linguagem utilizada, evitando termos técnicos e especializados, garante o acesso ao público mais amplo.

Para dar conta da complexidade da problemática, o livro, que soma 512 páginas, encontra-se dividido em quatorze capítulos. Cada capítulo é consagrado a um tópico específico da infecção pelo HIV/AIDS iniciando por uma explicação sobre o que é o HIV e a AIDS, doenças relacionadas, suas repercussões na saúde da mulher e dados epidemiólogicos sobre o problema. Logo em seguida, são analisadas detalhadamente as principais formas de transmissão do HIV - sangüínea, vertical e sexual - e suas implicações na vida quotidiana das mulheres e nas políticas públicas. Por fim, são relatadas algumas histórias pessoais e experiências de grupos que trabalham com a prevenção e controle da Aids em mulheres. O último capítulo fornece uma listagem de diversas organizações de caráter internacional e nacional que atuam na área do HIV/AIDS e dos direitos das mulheres nos diferentes países e continentes. É importante salientar que ao final de cada capítulo encon-

tram-se, como forma de complementação e/ou ilustração, resumos de pesquisas ou artigos, relatos de experiências e materiais informativos produzidos sobre o tema em discussão. Através deste formato, o livro conta com a participação de cerca de cinqüenta colaboradores, que se distribuem entre pesquisadores de diferentes áreas, militantes de ONGs e mulheres infectadas pelo vírus da Aids. Os capítulos contam ainda com uma extensa lista de referências bibliográficas sobre as questões tratadas que possibilitam ao leitor o aprofundamento dos pontos que considerar mais relevantes.

A lista de capítulos e subcapítulos do trabalho de Berer e Ray atesta o cuidado das autoras em salvaguardar as especificidades da infecção pelo HIV/AIDS nas mulheres. Já no segundo capítulo, que trata das doenças relacionadas e seus efeitos na saúde da mulher, fica evidente a ausência de estudos mais aprofundados que dêem conta destas especificidades pois, como afirmam as próprias autoras, "sabe-se mais sobre as várias diferenças regionais do HIV/AIDS do que sobre as diferenças relacionadas ao sexo". Estas diferenças são reduzidas, pelo discurso médico-científico, a diferenças de ordem anátomo-fisiológicas, embora até mesmo as implicações desta ordem sejam subestimadas no tratamento clínico das mulheres. O pouco conhecimento sobre o tema é tomado pelas autoras como uma decorrência de fatores sociais e culturais mais amplos, tais como a interpretação diferenciada dos profissionais médicos dos sintomas nas mulheres e nos homens e o desprezo pela transmissão heterossexual na hierarquia das vias de transmissão.

É neste sentido também que as autoras lançam um olhar crítico sobre a abordagem epidemiológica da AIDS, que permaneceu muito tempo centrada nas noções de "grupo de risco" e "comportamento de risco" e só recentemente passou a considerar os fatores sociais, econômicos e culturais na transmissão do vírus. Estas abordagens tiveram conseqüências importantes no que se refere à AIDS entre mulheres, pois acabaram estigmatizando um grupo de mulheres - as trabalhadoras do sexo - e tornando invisível aquele grupo que, no Brasil, tem crescido assustadoramente nos últimos anos: as mulheres com parceiro fixo. Como tratar a questão do risco de forma a não estigmatizar os grupos que estão de fato mais expostos ao HIV, alertando-os para a importância da adoção de medidas preventivas de forma a diminuir este risco e, ao mesmo tempo, não produzir uma falsa sensação de segurança para aqueles grupos que correm menos riscos? Esta discussão necessita ser tratada seriamente, pois pode trazer sérias conseqüências tanto do ponto de vista da expansão da epidemia, como do ponto de vista político e humanitário.

Ao tratar da transmissão do HIV relacionada à gravidez, as autoras tocam num dos aspectos mais dramáticos para as mulheres infectadas e, ao mesmo tempo, menos compreendido (clínica e culturalmente), pelos profissionais da saúde. Este aspecto comporta uma forte carga de culpabilização das mulheres pois, "apesar de a maior parte das mulheres ter sido contaminada por homens, são as mulheres, e não os homens, que são vistas como a origem do contágio de recém-nascidos". E, apesar do livro ter sido escrito antes da regulamentação do uso do AZT durante a gestação e no recém-nascido, que reduz significativamente as taxas de transmissão vertical, os dilemas que a questão apresenta para as mulheres e seus parceiros permanecem atuais. Ao defenderem que as mulheres possuem o direito de decidir livremente a respeito de sua saúde reprodutiva, as autoras apresentam, com muita pertinência, uma série de cuidados que podem diminuir os riscos de transmissão do HIV e aumento de carga viral entre os parceiros - tais como as práticas de sexo seguro exceto nos dias férteis, adoção, inseminação artificial, maternidade substituta - assegurando o desejo de maternidade e/ou gravidez do casal.

Os conflitos vividos pelas mulheres quando da decisão de interromper ou continuar a gravidez são agravados ainda mais frente à discriminação que sofrem por parte dos profissionais da saúde. As dificuldades dos serviços de saúde em lidar com a questão da gravidez e do aborto em mulheres HIV+ acabam por retardar o recurso médico por parte das mulheres, justamente naquela situação em que, hoje, dispomos de recursos mais eficazes capazes de evitar a infecção do recém-nascido. Apesar de tudo isto, as mulheres têm demonstrado determinação em fazer valer seu direito de ter filho, evidenciando que a maternidade tem um significado psicológico, social e cultural que se coloca acima dos riscos de transmissão do HIV.

A questão da amamentação por mulheres HIV positivas é também abordada em sua complexidade. Pois se, por um lado, é impossível não considerar sua importância enquanto método privilegiado de alimentação infantil, sobretudo nos países subdesenvolvidos, por outro, deve-se analisar atentamente os estudos que buscam evidenciar os riscos desta prática para a infecção de recém-nascidos e/ou seu aspec-

to protetor, questões que ainda não estão suficientemente esclarecidas dentro do próprio meio médico e científico. Mas independentemente destes aspectos de ordem clínica e econômica, é necessário considerar também o impacto desta questão sobre a vivência das mulheres, visto que elas precisam tomar uma decisão a este respeito e cabe aos profissionais da saúde aconselhá-las e fornecer-lhes as informações adequadas.

Os dados e experiências trazidos pelas autoras assumem um caráter inovador e lançam questionamentos pertinentes justamente porque o problema da infecção pelo HIV/AIDS em mulheres é percebido a partir da ótica dos direitos reprodutivos e contextualizado num universo cultural que lhe confere significado. É nesta perspectiva que as autoras evidenciam os limites das mensagens educativas que enfocam o "sexo seguro", visto que essas se fundamentam numa mudança individual de comportamento enquanto que "práticas sexuais são parte das normas sociais e indivíduos não podem alterá-las por conta própria". A partir daí compreende-se a dificuldade que as mulheres têm em "negociar" com seus parceiros o uso do preservativo, dizer não ao sexo, falar com o parceiro sobre as relações extraconjugais, por alternativas à penetração etc.. E embora a mudança de comportamento possa ser justificada em função do risco da AIDS, não podemos nos esquecer, como nos lembram Berer e Ray, de refletir a partir de quais valores e necessidades estão sendo propostas estas mudanças e com quais poder e recursos as mulheres contam para aderirem às mudanças propostas.

O livro *Mulheres e HIV/AIDS* consegue, com certeza, demonstrar a verdadeira vulnerabilidade das mulheres para o HIV/AIDS, que é biológica, mas sobretudo social e cultural. Traz, para aquelas pessoas que estão envolvidas com a questão, uma sensação de conforto e de desafio. Conforto por ver que as dificuldades enfrentadas são gerais e que existem outras pessoas, em diferentes locais deste planeta, que também as percebem da mesma forma. E desafio porque traz propostas concretas e caminhos inovadores para enfrentar estas dificuldades e, quem sabe, contribuir para que mais mulheres consigam evitar o HIV/AIDS ou serem mais felizes apesar desta infecção.

DANIELA KNAUTH ■

# A monotonia como permanência

## **As Idéias e os Números do Gênero** - Argentina, Brasil e Chile no século XIX.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.).

São Paulo: HUCITEC/CEDHAL/FFCL-USP/VITAE, 1997.

A coletânea tem por objetivo analisar comparativamente as trajetórias das mulheres latino-americanas durante o século XIX na Argentina, no Brasil e no Chile. Ela nasceu do resultado de um esforço coletivo de pesquisa e de reflexão realizado por especialistas de diferentes países e de diversas áreas do conhecimento. Ao enfoque inicial que contemplava prioritariamente o resgate da participação feminina no mercado de trabalho naquele período, outros temas de relevância foram sendo incluídos no decorrer das pesquisas individuais, como o papel da educação, a comparação entre mulheres nativas e imigrantes e as representações sobre os papéis femininos nos pensadores da época.

Naturalmente, uma empreitada de tal ordem enfrentou várias dificuldades. No âmbito da utilização das fontes de dados, como informam Silberstein, Norambuena Carrasco e Guenaga em Análise Crítica das Fontes, problemas se apresentaram tanto no que se refere à compatibilização dos indicadores utilizados, como no que diz respeito à heterogeneidade dos critérios utilizados nos levantamentos e também em relação à abrangência geográfica e à periodicidade adotada por cada país na realização desses levantamentos. O enfoque de gênero, perseguido por todos os autores que